MONÇÕES
REVISTA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UFGD

DOI: 10.30612/rmufgd.v11i21.15599

Uma Outra RI Já Existe: Explorando As Ausências e Emergências a Partir do Sul Global

A Different IR Already Exists: Exploring Absences And Emergencies From The Global South

Ya Existen Otras RRII: Explorando Ausencias Y Emergencias Desde El Sur Global

Rafael Bittencourt Rodrigues Lopes
Professor Substituto da Faculdade de Direito e Relações Internacionais da Universidade Federal da Grande Dourados (FADIR/UFGD)
Dourados (MS).
E-mail:bittencourt.ri@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-0598-8823

Valéria Oliveira Lopes
Mestranda em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio)
Rio de Janeiro (RJ)
E-mail: valeria_oliveira13@hotmail.com
Orcid:https://orcid.org/0000-0002-4977-4483

Resumo: As Relações Internacionais (RI), reproduzem uma condição de amnésia estrutural sobre as relações de poder através de critérios raciais ao sustentar as narrativas míticas do nascimento do campo em 1648 e 1919. Apesar das críticas a esta forma de pensar as RI não serem novas e evidenciarem categorias como

raça e gênero, essas se fortaleceram consideravelmente na última década, inclusive no Brasil. A partir disto, argumentamos que é possível pensar as RI através de autores oriundos de grupos historicamente silenciados e marginalizados, seja pelo gênero, classe e raça. Assim, visando discutir como fazer uma crítica às dinâmicas de exclusão de conhecimentos e vozes silenciados nas RI, a proposta deste artigo é pensar as RI como espaço de epistemicídios ao apagar mundos e silenciar indivíduos, mas, dado o estado da arte atual, também como espaço de cultivo de conhecimentos através de uma literatura protagonizada justamente por autores oriundos destes grupos marginalizados. A tentativa aqui, portanto, é de subverter esta lógica para pensar de forma diferente as RI, de modo que seja um campo cujos temas consideram, efetivamente, que estas pessoas importam enquanto sujeitos os que são.

Palavras-chave: Sul Global; Geopolítica do Conhecimento; Colonialidade.

Abstract: International Relations (IR), reproduce a condition of structural amnesia on power relations through racial criteria.by sustaining the mythical narratives of the birth of the field in 1648 and 1919. Criticisms of this way of thinking about IR are not new and have been evidencing categories such as race and gender. However, they have strengthened and multiplied considerably in the last decade, including in Brazil. Therefore, we argue that it is possible to think IR through authors of historically silenced and marginalized groups, whether by gender, class, and race. Hence, to discuss how to criticize the dynamics of exclusion of knowledge and voices silenced in IR, the purpose of this article is to think of IR as a space of epistemicides by erasing worlds and silencing individuals, but given the current state-of-the-art, also as a space for the cultivation of knowledge through a literature carried out precisely by authors from these marginalized groups. The attempt here, then, is to subvert this logic to think IR differently, so that it is a field whose themes effectively consider that these people matter as subjects they are.

Keywords: Global South; Geopolitics of knowledge; Coloniality.

Resumen: Las Relaciones Internacionales (RRII), reproducen una condición de amnesia estructural sobre las relaciones de poder a través de criterios raciales, al sostener las narrativas míticas del nacimiento del campo en 1648 y 1919. Las críticas a esta forma de pensar las RRII no son nuevas y se vienen evidenciando categorías como la raza y el género. Sin embargo, se han fortalecido y multiplicado considerablemente en la última década, incluso en Brasil. A partir de ello, argumentamos que es posible pensar las RRII a través de autores de grupos históricamente silenciados y marginados, ya sea por género, clase y raza. Por lo tanto, para discutir cómo criticar las dinámicas de exclusión de saberes y voces silenciadas en las RRII, el propósito de este artículo es pensar las RRII como un espacio de epistemicídios al borrar mundos y silenciar individuos, pero dado

el actual estado del arte, también como espacio de cultivo del saber a través de una literatura protagonizada precisamente por autores de estos grupos marginados. El intento aquí, entonces, es subvertir esta lógica para pensar las RRII de manera diferente, de modo que sea un campo cuyos temas efectivamente consideren que estas personas importan como sujetos que son.

Palabras clave: Sur Global; Geopolítica del conocimiento; colonialidad.

Recebido em:
01/02/2022

Aceito em:
01/09/2022

1. INTRODUÇÃO

As Relações Internacionais (RI), ao sustentar as narrativas míticas do nascimento ontológico e epistemológico do campo em 1648 e 1919 respectivamente, reproduzem uma condição de amnésia estrutural sobre as relações de poder que constituem a disciplina e as relações das grandes potências coloniais com os povos e territórios colonizados por elas. (CARVALHO, LEIRA, HOBSON, 2011; SILVA, 2021). As críticas a esta forma de pensar as RI não são novas e já mobilizam categorias como raça e gênero há muitas décadas, como lembra Robbie Shilliam em diálogo com vários dos pesquisadores que trouxeram estas questões para as RI, sobretudo desde a década de 1990 (SHILLIAM, 2020a).

Apesar de não se tratar, portanto, de algo necessariamente novo, o movimento provocado por diversos autores do Sul Global, incluindo latino-americanos que se identificam como decoloniais Esses foram muito importantes nas humanidades de modo geral, para que os fundamentos estruturantes do campo de RI fossem questionados a partir das colonialidades que reproduziam (MIGNOLO, 2002, QUIJANO, 2005; GROSFOGUEL, 2013; DUSSEL, 1992; FERNÁNDEZ, 2019). Ao mesmo tempo que estes autores inspiraram novas críticas para decolonizar o campo, também receberam críticas de autores que buscavam dar passos para além dos giros decoloniais sugeridos, como pode ser visto no projeto *Doing IR differently*[1] (TROWNSELL et al, 2019). Esta busca por superar as contradições das RI e do pensamento ocidental também provocou outro grupo de pesquisadores a editar um dossiê no *Journal of Narrative and Politics* focado na relevância das experiências individuais para pensar as RI[2].

Estes tipos de publicações evidenciam que há uma busca por alternativas que tem mobilizado muitos pesquisadores dentro das RI. Mais especificamente, é possível direcionar este olhar para o Sul Global, e ainda mais, para o Brasil – foco do presente artigo. Vale lembrar da Rede Colonialidades e Política Internacional que, em 2021, lançou um livro que buscava atualizar e relocalizar as RI a partir de engajamentos anti/pós/decoloniais (TOLEDO, 2021). A própria revista Monções, em dossiê publicado no volume de 2019 sobre teoria de RI no Brasil revelou como parte considerável das discussões apresentadas busca posicionar o histórico colonial,

1 *Doing IR Differently* é um coletivo formalizado em 2018 no Equador inspirado em trabalhos pós-coloniais e decoloniais, assim como debates não/pós/além-ocidentais. Entre seus membros, estão Tamara Trownsell, Amaya Querejazu Escobari, Giorgio Shani, Navnita Chadha Behera, Jarrad Reddekop e Arlene Tickner (TROWNSELL et al, 2019)

2 Journal of Narrative Politics, vol. 8, n. 1, 2021. A edição completa pode ser acessada em https://jnp.journals.yorku.ca/index.php/default/issue/view/17

CC BY NC SA

mobilizar dominações de raça e gênero e contar uma outra história do campo das RI que não invisibilizasse o Sul Global[3].

Diante deste cenário, e considerando a ideia proposta pelo dossiê de cogitar formas de ampliar as fronteiras das RI a partir do Sul Global, argumentamos que é possível pensar as RI através de autores de grupos historicamente silenciados e marginalizados, seja por gênero, classe e raça. Se muitas vezes a crítica vem através de autores em papéis de protagonismo e privilégio, como discutido por Foucault (1979) e Spivak (2014) ao refletir sobre o papel do intelectual, agora percebemos um momento em que vários autores não reproduzem mais esta posição tradicional de privilégio epistêmico, mas se posicionam de diversas e complexas formas em um jogo de múltiplos vínculos que, ora silenciam, ora permitem vocalizar o grito travado pela opressão que ao se indignar, exige mudança.

Portanto, visando discutir como fazer uma crítica às dinâmicas de exclusão de conhecimentos e vozes silenciados nas RI, a proposta deste artigo é pensar as RI como espaço de epistemicídios ao apagar mundos e silenciar indivíduos, mas, dado o estado da arte atual, também como espaço de cultivo de conhecimentos através de uma literatura protagonizada justamente por autores oriundos destes grupos marginalizados pela geopolítica do conhecimento, que nega alguns como produtores de teoria enquanto reserva a outros o espaço da empiria e da aplicação inconteste do pensamento ocidental (CONNELL, 2007). A tentativa aqui, portanto, é de subverter esta lógica para pensar de forma diferente as RI, de modo que seja um campo cujos temas consideram, efetivamente, que estas pessoas importam enquanto sujeitos.

Desta forma, temos como objetivo deste artigo explorar algumas das contribuições contemporâneas que nos ajudaram a pensar como esta outra forma de RI já é uma realidade, ainda que em processo de consolidação. Pensar outras possibilidades a partir do Sul Global não significa pensar a partir de um lugar diferente do Ocidente, mas de uma multiplicidade de lugares, de epistemologias e de coletividades que, de uma maneira ou outra, acabam sendo reduzidos a este grande "resto" de humanidade, como no trocadilho *West vs the Rest*. Para conseguir, então, executar o objetivo proposto, buscamos fazer um trabalho exploratório que apresenta um raciocínio que parte da crítica às convenções do campo das RI, avança no sentido de evidenciar a potencialidade da(s) agência(s) no Sul Global e que chega ao seu momento principal ao pensar estes outros mundos possíveis.

3 Destacamos nesse sentido os artigos de Marta Fernandez (2019), Ananda Vilela (2019), Onofre dos Santos Filho (2019) e o artigo em coautoria de Gustavo Bezerra, Pedro Salgado e Roberto Yamato (2019).

Para isso, o artigo se desenvolverá através de três seções principais. A primeira se dedicará às formas como costumamos contar a história do próprio campo das Relações Internacionais, evidenciando como esta convenção naturaliza o ponto de vista anglo-americano como neutro, neutralidade esta que por sua vez acaba decorrendo em formas estereotipadas de pensar aqueles que foram colonizados e submetidos a diversos tipos de violência, inclusive através do controle da própria subjetividade. A segunda parte traz os conceitos de Terceiro Mundo e Sul Global enquanto tentativas de incorporar tanto os processos de marginalização que os povos e pessoas fora do centro político e econômico experimentam, quanto também buscando evidenciar a não-aceitação desta condição periférica, o que nos leva aos conceitos de modernidade, colonialidade, decolonialidade e geopolítica do conhecimento. Finalmente, discutimos sobre algumas das formas de como pensar uma outra RI a partir destas outras perspectivas deslocadas geopoliticamente do Ocidente.

2. METANARRATIVAS MÍTICAS E AUSÊNCIAS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O objetivo desta seção é recuperar algumas das principais críticas feitas à forma como o pensamento de RI tem se organizado, sobretudo considerando a forma binária como a dimensão internacional é imaginada, em oposição ao doméstico. Neste sentido, não nos preocuparemos em fazer uma análise detalhada de como as teorias *mainstream* possuem contradições, mas caminharemos a partir do trabalho já feito por vários pesquisadores que buscaram se engajar diretamente com este pensamento hegemônico.

Sankaran Krishna é um destes autores que têm se dedicado a uma pesquisa pós-colonial de RI. Como ele explica, os alicerces das RI se dão a partir de uma visão de mundo baseada no nacionalismo metodológico: trata-se de um mundo no qual os Estados-nação são a principal unidade de análise e estão encerrados em um sistema competitivo e anárquico, no qual a segurança nacional é uma condição não negociável e a *raison d'être* de cada Estado é seu interesse nacional. Esta lógica teria começado com os Tratados de Vestfália, em 1648, e tem o *homo economicus* como paradigma de agência possível, ou seja, um indivíduo egoísta, auto-interessado e utilitarista (KRISHNA, 2018). Este sistema de interações reproduz a lógica do darwinismo social, em que tanto humanos, nações e espécies da natureza se encontram "presos em uma busca interminável e competitiva pela sobrevivência e pelo autodesenvolvimento" (KRISHNA, 2018, p. 20 [4]).

4 " (...) locked in an endless and competitive quest for survival and self- advancement." No original, tradução nossa.

Neste sistema, o indivíduo “mais apto” não é apenas o vencedor, mas sua vitória é vista como moral e justa e, como tal, necessária para a evolução (KRISHNA, 2018). Tal forma de entender a hierarquia entre mais e menos aptos se aproveita do histórico colonial para reproduzir uma visão de divisão de raças superiores e inferiores, a partir de uma ideia de separação entre selvageria e civilização (VITALIS, 2016). Esta forma de entender as relações humanas passa também a ser reproduzida e ensinada nas Relações Internacionais enquanto área do conhecimento.

Em relação ao mito de 1648, Carvalho, Leira e Hobson (2011) afirmam que nem o Estado nem o sistema anárquico surgem em 1648, assim como sequer há alguma menção ao princípio da soberania nos textos dos Tratados de Münster (1648 entre o Sacro-Império Romano-Germânico, França e Holanda) e de Osnabrück (1648 entre o Sacro-Império e a Suécia), que compõem a chamada paz de Vestfália. Pelo contrário, a prerrogativa *cuius regio, eius religio*, estabelecida pelo Tratado de Augsburgo em 1555, foi retirada dos príncipes do Sacro-Império Romano-Germânico em Vestfália, promovendo então um recuo momentâneo da ideia de um sistema moderno de Estados (CARVALHO, LEIRA, HOBSON, 2011). Assim, pela forma como costuma ser apresentado, este mito ontológico a partir dos Tratados de Vesfália reforça uma ideia de um sistema de Estados iguais entre si a partir de uma anarquia internacional que, na verdade, ainda não existia. Pelo contrário, Carvalho, Leira e Hobson (2011) destacam justamente que aquele contexto era marcado por um forte sistema de relações hierárquicas, visíveis tanto pela existência de grandes impérios (como o próprio Sacro-Império Romano-Germânico, que existiu até 1806) quanto pelas relações com sociedades fora da Europa.

O elemento da hierarquia vai ser consolidado a partir de uma lógica dual de soberania. Mbembe (2016) explica que é a partir da ideia de soberania que há uma territorialização do Estado, distinguindo a Europa, organizada a partir de um ordenamento jurídico, do mundo habitado por “selvagens”, onde a violência do estado de exceção operaria a serviço da promoção da civilização. Santos Filho (2019), de forma próxima a Mbembe, lembra da máxima do século XVI *ultra aequinoxialem non peccari* - ao sul da linha equinocial não se peca – como expressão da constituição de dois mundos distintos, sendo o do Norte baseado no Direitos das Gentes e o do Sul baseado na ausência deste Direito, abrindo possibilidade para que a violência fosse usada no processo de tomada de terra do Novo Mundo. Estas observações permitem perceber que, enquanto a narrativa do mito de 1648 nos leva a pensar a existência de um ambiente internacional marcado pela anarquia e pela busca de sobrevivência, o destaque ao papel da hierarquia evidencia que não há um sistema de Estados iguais entre si, mas duas lógicas distintas, uma que se desenvolve dentro da Europa e outra que se desenvolve nas colônias ao redor do mundo.

CC BY NC SA

Além desta distinção em termos de ontologia política, voltar a Adam Smith revela que esta diferença se dá também a partir de uma lógica econômica própria. Smith ([1776] 1977) dedicou o capítulo VII do livro 4 de "A Riqueza das Nações" para falar sobre as colônias, especialmente as experiências espanhola e portuguesa na América. Neste, ele mostra como o interesse maior ou menor dos europeus nas terras que eles alcançavam dependia, principalmente, de vislumbrar algo que justificasse os custos e riscos de executar projetos incertos de mineração de ouro e prata. Assim, o papel internacional destas colônias era ofertar recursos para o *mother country*, o país natal dos colonizadores. Esta função da produção econômica de alimentar mercados externos vai permanecer mesmo depois do fim formal do colonialismo, sendo elemento fundamental para a consolidação das relações de dependência já tão estudadas por intelectuais latino-americanos na segunda metade do século XX.

Já quando falamos sobre o mito epistemológico das Relações Internacionais, o momento fundador costuma ser identificado com a criação da primeira cátedra de RI na Universidade de Aberystwyth, no País de Gales, em 1919, no final da Primeira Guerra Mundial (HOBDEN, 2002). As RI, a partir desta narrativa, nascem buscando resolver o problema da guerra, sendo marcada nesse momento por debates entre autores idealistas, que projetariam como o mundo deveria ser, e autores realistas, que teorizariam a partir do que o mundo efetivamente é (CARVALHO, LEIRA, HOBSON, 2011). A partir desta lógica, ao longo do século XX os pesquisadores de RI se desafiariam em outros grandes debates teóricos que gerariam novos consensos e novas agendas de pesquisa, inclusive em reação às mudanças de conjuntura global. Entretanto, Carvalho, Leira e Hobson afirmam que os esforços de pesquisa a partir dos anos 1990 identificaram problemas graves nestas metanarrativas. Entre estes problemas, é possível destacar como a disciplina se sustenta a partir de uma amnésia estrutural, que ignora as discussões já existentes sobre administração colonial e desenvolvimento racial para pensar as relações de poder a nível global, como se via desde o final do século XIX em periódicos como a *Journal of Race Development* e a *Political Science Quarterly* (VITALIS, 2016). Ao ignorar a existência de debates sobre estes temas, a metanarrativa da origem do campo das RI dá a entender que a questão racial não é relevante para pensar as formas como a ordem internacional se estrutura. Porém isto nada mais é do que estabelecer um dos pontos do debate como verdade não discutida, reproduzindo a partir disso uma perspectiva racista de supremacismo branco, fortemente presente no pensamento de nomes como o Presidente Norte-Americano Woodrow Wilson (THE DISORDER OF THINGS, 2019). E então, podemos perceber, que o que une os mitos de 1648 e 1919 é a existência de uma metanarrativa eurocêntrica compartilhada e a eliminação do papel do império na teoria e na prática das Relações Internacionais

CC BY NC SA

Esta crítica aos mitos fundadores das RI possui um papel importante de questionar o texto científico enquanto discurso produzido a partir de um dado contexto, cujas circunstâncias sociais, econômicas e políticas podem trazer implicações ao que está sendo apresentado. Desta maneira, o movimento de pensar as RI a partir do Sul Global, ao criar a possibilidade de pensar a construção do conhecimento a partir de referenciais com pouco espaço no cânone do campo, também colabora para evidenciar como estes discursos aparentemente neutros são localizados a partir do eurocentrismo. Esta aparente neutralidade se revela ainda mais problemática quando o conhecimento é feito sobre pessoas e grupos que não necessariamente vão se beneficiar do que está feito. Pelo contrário, historicamente grupos indígenas em diversos lugares do mundo se tornaram vítimas de um trabalho de pesquisa que parte desta ideia genérica de algo que é inerentemente positivo para a sociedade como um todo. Como pode ser visto em Linda Tuhiwai Smith (2012),

> A maioria das pesquisas é produzida com base no que contribuirá para algo maior do que ela própria e que agrega valor à sociedade no futuro. (…) A questão crítica para as comunidades indígenas é que a pesquisa nunca realmente demonstrou que pode beneficiar as comunidades - porque os benefícios nunca chegam aos povos indígenas ou são usados como um truque ou tática para forçar as comunidades indígenas a sacrificar seus valores culturais, deixando suas casas, desistindo de seus idiomas e renunciando ao controle sobre as decisões básicas em suas próprias vidas. (SMITH, Linda, 2012, p. 226).[5]

Esta fala de Tuhiwai Smith é importante por localizar para quem é destinado o fruto de uma determinada pesquisa. Se, parafraseando Cox (1981), a teoria é sempre feita para alguém e para algum propósito, a denúncia de Tuhiwai Smith se refere a pesquisadores que utilizaram de seu trabalho para beneficiar a construção de uma sociedade que se erguia contra as populações indígenas. Para Cox,

> As perspectivas derivam de uma posição no tempo e no espaço, especificamente tempo e espaço social e político. O mundo é visto de um ponto de vista definível em termos de nação ou classe social, de dominação ou subordinação, de ascensão ou

5 "Most research is produced on the basis that it will contribute to something greater than itself, and that it adds value to society for the future. (…) The critical question for indigenous communities is that research has never really demonstrated that it can benefit communities – because the benefits never reach indigenous peoples or are used as a ploy or tactic to coerce indigenous communities into sacrificing their cultural values, leaving their homes, giving up their languages and surrendering control over basic decision making in their own lives." no original, tradução nossa.

CC BY NC SA

> poder declinante, de uma sensação de imobilidade ou de crise atual, de experiência passada, e de esperanças e expectativas para o futuro. (COX, 1996. p. 87). [6]

Vistas lado a lado, estas citações de Tuhiwai Smith e Cox ajudam a pensar como a perspectiva individual de qualquer pesquisador, ganha contornos específicos quando pensamos a pesquisa no Sul Global, sobretudo quando feita com grupos explorados e marginalizados durante a história colonial, como diversos grupos indígenas em vários continentes. Esse reconhecimento é necessário para que "indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de *locus* social consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar e como esse lugar impacta diretamente na constituição dos lugares de grupos subalternizados" (RIBEIRO, 2017). A reprodução de hierarquias de poder na produção de conhecimento tem implicações sérias na forma em que grupos marginalizados são apresentados, estudados e teorizados. Esse impacto se dá majoritariamente através da definição de metodologias e pressupostos teóricos que precisam ser revistos, uma vez que

> as metodologias e métodos de pesquisa, as teorias que os informam, as questões que eles geram e os estilos de escrita que empregam, todos se tornam atos significativos que precisam ser considerados cuidadosa e criticamente antes de serem aplicados. Em outras palavras, eles precisam ser 'descolonizados'. A descolonização, entretanto, não significa e não significou uma rejeição total de toda teoria ou pesquisa ou conhecimento ocidental. Em vez disso, trata-se de centrar nossas preocupações e visões de mundo e, então, vir a conhecer e compreender a teoria e a pesquisa de nossas próprias perspectivas e para nossos próprios objetivos. (SMITH, 2008, p.39). [7]

Nesse sentido, a descolonização de metodologias parte da inserção de novas narrativas na academia. O "privilégio epistêmico" (GROSFOGUEL, 2016, p.2) faz com que, ainda que exista uma vasta produção de conhecimento por parte dos pesquisadores do Terceiro Mundo, ela seja invisibilizada. Nesse contexto, a inserção das categorias de raça e gênero nas Relações Internacionais é cerceada também pelo "racismo epistêmico" (GROSFOGUEL, 2016), que de-

6 "Theory is always for someone and for some purpose. All theories have a perspective. Perspectives derive from a position in time and space, specifically social and political time and space. The world is seen from a standpoint definable in terms of nation or social class, of dominance or subordination, of rising or declining power, of a sense of immobility or of present crisis, of past experience, and of hopes and expectations for the future." no original, tradução nossa.

7 "the methodologies and methods of research, the theories that inform them, the questions which they generate and the writing styles they employ, all become significant acts which need to be considered carefully and critically before being applied. In other words, they need to be 'decolonized'. Decolonization, however, does not mean and has not meant a total rejection of all theory or research or Western knowledge. Rather, it is about centring our concerns and world views and then coming to know and understand theory and research from our own perspectives and for our own purposes." no original, tradução nossa.

CC BY NC SA

seja manter uma barreira entre o pensamento não-branco e a universidade ocidentalizada, que se transformou em um modelo que é reproduzido também no Sul Global. Assim, a divisão sistemática do trabalho baseado em raça e gênero (QUIJANO, 2005) retirou a possibilidade do trabalho intelectual dos negros e nos inseriu em uma dinâmica da geopolítica do conhecimento (CONNELL, 2007) que gera silenciamento tanto dos que pensam, quanto do que é pensado.

Dessa maneira, análises que levam em consideração outros níveis de análise e, se propõem a pensar sobre as imbricações que subalternizam e silenciam sujeitos, quebram diretamente com o que Krishna (2018) chama de nacionalismo metodológico do campo. Além da centralidade do conceito de Estado, esta perspectiva é marcada por binarismos do tipo dentro/fora (*inside/outside)*[8], constituindo uma ideia de separação entre o internacional e o doméstico, entre o indivíduo e a sociedade, entre o Estado e o sistema interestatal. A própria visão de agência e estrutura enquanto dimensões distintas é um dos elementos constitutivos desta ontologia dominante das RI. Entretanto, Didier Bigo (2013) sugere que um estudo da sociologia política busca outra forma de pensar a disciplina, mais focada em relações do que em agência ou estrutura e mais focada em processos do que em objetos (BIGO, 2013).

> Ao invés de opor sociedade e indivíduos, estrutura e agência, linguagem e matéria, a [Sociologia Política Internacional] propõe uma versão relacional da 'sociedade de indivíduos' ampliada em termos de cadeias transversais de interdependência entre sociedades, assim como uma perspectiva processual de práticas emergentes e transformativas (o que inclui discursos como práticas)." (BIGO, 2013, p. 186)

O esforço de desestabilizar o entendimento convencional do internacional, então, demanda também a crítica da própria separação entre estrutura e agência. O internacional, assim, não é pensado como esfera separada da vida social, mas como uma série de redes de relação e interdependência que são transversais (BIGO, 2013). E, assim como discutimos anteriormente o que sustenta os mitos de 1648 e 1919 enquanto nascimentos ontológico e epistemológico das RI, é importante realizar outra discussão sobre a forma como o pensamento ocidental reproduz o apagamento da capacidade de agência e de fala. Spivak (2014) traz contribuições importantes neste sentido. Sua preocupação reside em entender como o sujeito do Terceiro Mundo é representado no discurso ocidental e em como tal sujeito, subalterno, pode falar por si mesmo. Além de identificar que os subalternos não são escutados dentro de uma

8 "Walker (1993) criticou a ideia da divisão entre algo dentro (*inside*) e fora (*outside)* do Estado como elemento fundamental para pensar tanto a soberania das unidades políticas quanto para pensar a própria ideia de ambiente internacional que, sendo o espaço da ameaça, leva às ideias de um sistema internacional no qual cada Estado precisa colocar na frente da agenda sua própria sobrevivência." no original, tradução nossa.

CC BY NC SA

lógica de saber/poder que os oprime, ela também critica o posicionamento de intelectuais que buscam "representar" estes grupos.

Por exemplo, se focarmos na discussão sobre raça, é preciso reconhecer que a visão hegeliana do "negro forte" é ainda hoje presente. Esta visão pode ser vista em diversas passagens do Filosofia da História ([1831] 2001), como quando ele escreve

> O negro, como já observamos, exibe o homem natural em seu estado completamente selvagem e indomado. Devemos deixar de lado todo pensamento de reverência e moralidade - tudo o que chamamos de sentimento - se quisermos compreendê-lo corretamente; não há nada de harmonioso com a humanidade neste tipo de personagem. (HEGEL, 2001, p. 111, tradução nossa[9])

Isso demanda, simultaneamente, um esforço para reconstruir o imaginário coletivo (*Geist*) sobre o negro e sobre a África e, também, um movimento de "provincializar a Europa" (CHAKRABARTY, 2008), isto é, reconhecer que a identificação do homem europeu como universal é uma falácia que deve ser superada. Neste movimento, o pensamento europeu não deve ser rejeitado ou descartado, mas entendido a partir deste movimento de provincianização, buscando entendê-lo, simultaneamente, como indispensável e inadequado para pensar experiências de modernidade política em nações não-ocidentais (CHAKRABARTY, 2008).

Um segundo comentário interessante é que toda a filosofia hegeliana parte de um entendimento de que há algo universal no ser humano. Mas, como visto na Filosofia da História, ele exclui o negro desta universalidade, sendo uma grande ressalva que Hegel mesmo reconhece. Logo, todo o trabalho filosófico dele nega a própria humanidade ao negro. E esta negação vai além de Hegel, atravessando o pensamento ocidental de forma mais ampla e alcançando as pessoas e grupos explorados pelo colonialismo.

Autores como Frantz Fanon, Aimé Césaire e W.E.B. Du Bois se dedicaram a pensar como se dá esta dimensão da consciência de si dos homens e mulheres negros, que chegam no século XX e XXI reproduzindo as ideias de humanidade, civilização e raça que sustentam a hierarquia racial global. Enquanto indivíduos negros, para além da reflexão sobre a consciência de classe em um Estado-nação, há também questionamentos sobre consciência racial, o que acaba por gerar um sentimento de dupla exclusão, também chamada de dupla negação. Em Du Bois essa dupla negação aparece com a dupla consciência, a do Negro e a de cidadão dos Estados Unidos, que o leva a ser um estrangeiro na sua própria terra:

9 The Negro, as already observed, exhibits the natural man in his completely wild and untamed state. We must lay aside all thought of reverence and morality — all that we call feeling — if we would rightly comprehend him; there is nothing harmonious with humanity to be found in this type of character.

CC BY NC SA

> Depois do egípcio e do indiano, do grego e do romano, do teutão e do mongol, o negro é uma espécie de sétimo filho, nascido com um véu e aquinhoado com uma visão de segundo grau neste mundo americano -, um mundo que não lhe concede uma verdadeira consciência de si, mas que apenas lhe permite ver-se por meio da revelação do outro mundo. É uma sensação estranha, essa consciência dupla, essa sensação de estar sempre a se olhar com os olhos de outros, de medir sua própria alma pela medida de um mundo que continua a mirá-lo com divertido desprezo e piedade. E sempre a sentir sua duplicidade – americano, e Negro; duas almas, dois pensamentos, dois esforços irreconciliados; dois ideais que se combatem em um corpo escuro cuja força obstinada unicamente impede que se destroce. A história do Negro americano é a história desta luta – este anseio por atingir a humanidade consciente, por fundir sua dupla individualidade em um eu melhor e mais verdadeiro. Nessa fusão, ele não deseja que uma ou outra de suas antigas individualidades se percam. (DU BOIS, 1999, p. 54)

Esta dupla negação não é exclusividade dos negros afro-americanos, mas pode ser identificada em outros grupos que passaram por processos violentos. No trabalho da feminista aimará Silvia Rivera Cusicanqui (2018), essa dupla negação aparece inspirada na ideia do *double bind* (duplo vínculo) que é trabalhada na psiquiatria como um dos elementos da esquizofrenia (duas ideias contraditórias, como "ser indígena" e "ter que deixar de ser indígena" para ser civilizado). Como ela explica, o *double bind* é um termo elaborado pelo antropólogo Gregory Bateson para se referir a uma situação insustentável de duplo constrangimento, que ocorre quando há dois imperativos em conflito, nenhum dos quais pode ser ignorado, o que deixa a pessoa diante de um dilema insolúvel (CUSICANQUI, 2018). Ela encontra equivalência deste conceito no termo aimará *pä chuyma* que pode ser traduzido como alma dividida ou, mais literalmente, dupla entranha. É a partir deste reconhecimento de duplo constrangimento que Cusicanqui chega à ideia de uma epistemologia *chi'xi*[10] como uma forma de abraçar a contradição. Inspirada por Gayatri Spivak, Cusicanqui fala sobre reconhecer o *double bind* como forma de permitir viver num espaço intermediário, que a autora identifica em outro conceito aimará, o *Taypi*.

Assim, percebe-se que, se por um lado o privilégio epistêmico de autores localizados no Norte Global, sobretudo de origem anglófona, delimita o que pode ser entendido enquanto narrativa sobre a origem e existência das RI, por outro a amnésia estrutural que negligenciou as implicações racistas do capitalismo e do colonialismo deixou de fora justamente aqueles marcados por experiências de uma quase-humanidade. Como afirmamos na introdução des-

10 A palavra *ch'ixi* vem da língua aimará e pode ser traduzida como manchado ou sarapintado, isto é, algo que apresenta várias cores de forma simultânea. Cusicanqui, ao invés de buscar no pensamento europeu uma referência para compreender as dinâmicas coloniais e pós-coloniais, se volta para o pensamento quéchua e aimará, cuja epistemologia se sustenta grandemente a partir da ideia de complementaridade e da interconexão, ao invés de se aproximar da ideia de definição através da separação e do isolamento. Para mais, recomendamos a leitura de Trownsell (2013), que vai se dedicar a pensar a relacionalidade a partir da complementariedade nas cosmovisões dos povos indígenas andinos.

CC BY NC SA

te trabalho, muito já foi produzido sobre este processo de exclusão e muitos autores destes lugares já se posicionaram, tanto denunciando o pretenso universalismo eurocêntrico quanto sugerindo que outros mundos também existem, como pode ser visto em Chakrabarty (2008), Cusicanqui (2018), Du Bois (1915), Dussel (1992), Kopenawa e Albert (2019), Krenak (2019), Krishna (2018), Ling (2019), Mbembe (2016), Picq (2016), Rojas (2019), Santos (2015), Smith (2012), Tickner e Querejazu (2021), Trownsell (2013) e Vitalis (2016). Assim, a próxima seção se dedicará a retomar alguns destes argumentos sobre os epistemicídios, enquanto a seção seguinte se voltará para a potência desta literatura já existente.

3. DINÂMICAS DE EXCLUSÃO E DE SILENCIAMENTO NO TERCEIRO MUNDO

Se existe, por um lado, um mundo ocidental cujas agências sistematizaram o capitalismo e o colonialismo, por outro há uma grande imprecisão ao categorizar e definir quem são aqueles afetados por tais projetos. Dentre as alternativas mais comuns, são mobilizados os conceitos de Terceiro Mundo e Sul Global. O conceito de Terceiro Mundo se localiza historicamente no contexto da Guerra Fria, concentrando-se naqueles países que estavam à margem da disputa hegemônica entre Estados Unidos e União Soviética e seus respectivos blocos de influência. Estes países vinham de uma trajetória de exploração colonial e possuíam desafios específicos para pensar questões de desenvolvimento e de consolidação política. Como explica Sajed (2020), estas dificuldades específicas não se tratam de uma dificuldade destes países desconectada de uma realidade mais ampla. A criação do Terceiro Mundo vai além da conquista colonial, tendo a ver com o estabelecimento de um "'subdesenvolvimento ativo' pela metrópole colonial por meio da extração de recursos naturais, brutos e trabalho para o benefício exclusivo da metrópole, e com consequências devastadoras para a economia, política e sociedade local" (SAJED 2020, p. 1[11]). Mesmo com as independências políticas dos países da África, Ásia e América, a trajetória colonial impôs problemas na forma como estes países foram inseridos internacionalmente no sistema-mundo capitalista, questão esta que vai ser muito discutida por autores marxistas, cepalinos e, mais recentemente, decoloniais[12].

11 "active 'underdevelopment' by the colonial metropole through the extraction of raw natural resources and labour for the exclusive benefit of the metropole, and with devastating consequences for local economies, polities and societies." No original, tradução nossa.

12 "Para evitar uma lista extensa de nomes, destacamos o trabalho de Kwame Nkrumah para pensar a continuidade do colonialismo na África através da ideia de neocolonialismo, além do trabalho de Celso Furtado, que vai pensar como a questão da dependência a nível internacional permaneceu na América do Sul mesmo um século depois da independência formal." No original, tradução nossa.

CC BY NC SA

Por sua vez, em um contexto de bipolaridade típica da Guerra Fria e, sim num contexto de globalização e neoliberalismo, a ideia de Sul Global busca, unir vários países e regiões que foram colonizados e enfrentam condições materiais inferiores àquelas do "Norte Global". Do mesmo modo, busca também incluir neste "Sul" os imigrantes, refugiados, minorias étnicas e outros grupos oprimidos pelo projeto colonial e imperial do "Norte Global". Boaventura de Sousa Santos define Sul Global da seguinte maneira:

> O Sul Global não é, portanto, um conceito geográfico, ainda que a maior parte destas populações vivam em países do hemisfério Sul. O Sul aqui é, ao contrário, uma metáfora do sofrimento humano causado pelo capitalismo e pelo colonialismo a nível global, e uma metáfora também da resistência para superar ou minimizar este sofrimento. É, assim, o Sul anticapitalista, anticolonial e anti-imperialista. É um Sul que existe também no Norte global, na forma dos excluídos, das populações silenciadas e marginalizadas, assim como os imigrantes sem documentos, os desempregados, as minorias étnicas e religiosas, as vítimas do sexismo, da homofobia e do racismo. (SANTOS, Boaventura, 2012, p. 51 [13])

Se o termo Sul Global é abrangente, também acaba sendo impreciso e frágil politicamente, uma vez que não há claramente algo que sustente uma identificação a partir desta alcunha. Já o termo Terceiro Mundo foi mais mobilizado num contexto internacional de bipolaridade entre os blocos capitalista e socialista, liderados por Estados Unidos e União Soviética, respectivamente. Longe dos holofotes estava boa parte da população global, tanto em países que haviam conquistado sua independência após a dominação colonial, quanto em territórios ainda colonizados. Desta forma, partindo do passado colonial comum, é possível pensar o Terceiro Mundo conforme sugerido por Vijay Prashad: "O terceiro mundo não era um lugar, era um projeto" (PRASHAD *apud* SAJED, 2020). Trata-se, assim, de um projeto de resistência por parte dos países colonizados. É inspirado nesse movimento de resistência e de busca por uma efetiva e mais completa descolonização, que surgem autores latino-americanos engajados em produzir uma práxis que seja entendida como decolonial.

13 "The global South is thus not a geographical concept, even though the great majority of these populations live in countries of the Southern hemisphere. The South is here rather a metaphor of the human suffering caused by capitalism and colonialism at the global level, and a metaphor as well of the resistance to overcome or minimise such suffering. It is, therefore, an anticapitalist, anti-colonialist, and anti-imperialist South. It is a South that also exists in the global North, in the form of excluded, silenced and marginalised populations, such as undocumented immigrants, the unemployed, ethnic or religious minorities, and victims of sexism, homofobia and racism." No original, tradução nossa.

CC BY NC SA

Desde os anos 1990, autores vinculados ao grupo Modernidade-Colonialidade[14] produziram reflexões variadas sobre como interpretar a subalternidade na América Latina a partir de uma perspectiva histórica na qual a modernidade nasce com a chegada dos navegadores europeus em 1492 vistos como invasores (QUIJANO, 2005). Escobar (2004) identifica cinco conceitos articulados pelo pensamento decolonial que se destacam pelo seu potencial analítico. O primeiro é o sistema-mundo colonial moderno, entendido como um conjunto estruturalmente heterogêneo de processos e formações sociais que abrangem o colonialismo moderno e as modernidades coloniais. Tal conceito vai ser possível pelos diálogos entre Aníbal Quijano e Immanuel Wallerstein, esse último cuja teoria do sistema-mundo não trazia ainda de forma mais explícita a contribuição colonial como uma das causas da desigualdade e dependência entre centro e periferia.

O segundo conceito é a colonialidade do poder (QUIJANO, 1992), um modelo de poder global hegemônico existente desde a Conquista e que articula raça e trabalho, espaço e povos, de acordo com as necessidades do capital e os interesses dos povos brancos europeus. O terceiro conceito é a chamada diferença colonial e a colonialidade global (MIGNOLO, 2002), que se referem às dimensões cultural e de conhecimento dos processos de subalternização realizados pela colonialidade do poder. A diferença colonial traz à frente diferenças culturais persistentes, que hoje existem dentro de estruturas globais de poder.

O quarto conceito é a colonialidade do ser enquanto a dimensão ontológica da colonialidade em ambos os lados do encontro. A colonialidade do ser evidencia o "excesso ontológico" que ocorre quando seres particulares se impõem sobre os outros. Este conceito também será importante para endereçar criticamente a efetividades dos discursos com os quais o outro responde à sua supressão enquanto um resultado do encontro (ESCOBAR, 2004; MALDONADO-TORRES, 2007). Por fim, o último conceito destacado por Escobar é o eurocentrismo, modelo de conhecimento da experiência histórica europeia, globalmente hegemônica desde o século XVII (DUSSEL, 1996; QUIJANO, 2005). É a partir destes conceitos que se torna possível, a partir da academia latino-americana, a emergência de epistemologias não-europeias dentro de uma perspectiva decolonial (ESCOBAR, 2004). Argumentamos que estes conceitos servem como ponto de partida para (re)estabelecer modernidade, colonialidade e decolonialidade

14 O Grupo Modernidade/Colonialidade foi formado em 1998 a partir de divergências teóricas entre alguns membros do grupo de estudos subalternos latino-americanos, sendo estruturado a partir de seminários, diálogos e publicações. Entre seus membros, destacam-se Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Walter Mignolo, Immanuel Wallerstein, Santiago Castro-Gómez, Nelson Maldonado-Torres, Ramón Grosfóguel, Edgardo Lander, Arturo Escobar, Fernando Coronil, Catherine Walsh, Boaventura de Sousa Santos e Zulma Palermo (BALLESTRIN, 2013).

CC BY NC SA

como uma tríade de conceitos interrelacionados. Assim, percebendo a matriz colonial de poder como "uma estrutura completa de níveis entrelaçados" (MIGNOLO, 2010, p.12)[15].

O tema da modernidade aparece de maneira bastante crítica nos estudos decoloniais, uma vez que autores como Mignolo e Dussel buscam apresentar este conceito enquanto um mito que se sustenta a partir da relação de exploração de origem colonial. Mignolo, ao citar Dussel, evidencia que

> a modernidade é para muitos (para Jurgen Habermas ou Charles Taylor) um fenômeno essencialmente ou exclusivamente europeu. (...) A modernidade aparece quando a Europa se afirma como o "centro" da História Mundial que inaugura: a "periferia" que rodeia este centro é, então, parte desta definição auto-centrada. A oclusão desta periferia (...) leva aos principais pensadores do "centro" a uma falácia eurocêntrica em sua compreensão da modernidade. (DUSSEL apud MIGNOLO, 2010, p. 18)

Pensar a colonialidade do poder como algo que se manifesta através de diversas formas de controle (da economia, da autoridade, da natureza e dos recursos naturais, do gênero e da sexualidade, da subjetividade e do conhecimento) nos auxilia a construir um raciocínio que permite ver estas dinâmicas produzindo e reproduzindo violências, e hierarquias mesmo muito depois do fim formal do colonialismo europeu.

A decolonialidade, por sua vez, vai ser o movimento de reação à colonialidade. Por isso, as suas origens remetem a figuras históricas na resistência contra-colonial, como Zumbi dos Palmares e Guamán Poma de Ayala no século XVII, Otabbah Cugoano e Tupac Katari no século XVIII, José Carlos Mariátegui e Amílcar Cabral no século XX (BALLESTRIN, 2013). Esta resistência anticolonial, mais do que uma luta em termos literais contra o colonizador, se desdobra também em um esforço contra a naturalização das colonialidades (MIGNOLO, 2010). Isto é, se as colonialidades, estas violências que se mantêm mesmo com o fim formal do colonialismo, são parte de uma narrativa mítica que cria uma subordinação entre grupos humanos a partir de critérios raciais, de gênero e de classe, a articulação de uma reação não deve lutar somente contra quem está no controle do poder, mas deve ser sobretudo contra as epistemologias e ontologias que mantêm esta estrutura.

O controle da subjetividade e do conhecimento abarca os meios de difusão de conhecimento. Aqui, a importante ideia de epistemicídio corresponde à "destruição de conhecimentos ligada à destruição de seres humanos" (GROSFOGUEL, 2016, p.26). Grosfoguel (2016)

15 "La matriz colonial de poder es entonces una estructura compleja de niveles entrelazados." No original, tradução nossa.

CC BY NC SA

aponta que ao longo da história aconteceram quatro epistemicídios, dentre eles o epistemicídio contra os africanos escravizados no território americano. Assim, epistemicídios atuam também como forma de facilitar a dominação por meio da destruição da subjetividade destes sujeitos e, obviamente, a difusão de conhecimento produzido por eles.

A ideia de inferioridade intelectual e a invalidação do conhecimento do que vinha de fora da Europa foi um projeto que se manteve através dos séculos. A colonização do pensamento e a construção de uma estrutura que determina qual conhecimento é válido e qual não o é seguem invisibilizando o conteúdo produzido pelo Terceiro Mundo e a maneira como as universidades funcionam são fruto desses processos. Grosfoguel afirma que

> As universidades ocidentalizadas, desde o início, internalizaram as estruturas racistas/sexistas criadas pelos quatro genocídios/epistemicídios do século XVI. Essas estruturas eurocêntricas de conhecimento se tornaram consensuais. Considera-se normal haver homens ocidentais de cinco países que produzem o cânone de todas as disciplinas daquela universidade. Não há um escândalo nisso, é tudo um reflexo da naturalização das estruturas epistêmicas racistas/sexistas de conhecimento que imperam no mundo moderno e colonial. (GROSFOGUEL, 2016, p. 43).

Consequentemente, as universidades como espaços de aprendizagem e troca de conhecimento, são ambientes marcadamente brancos e excludentes. Nesse sentido, a exclusão destes ambientes também é forjada pelo que Maria Aparecida Silva Bento chama de pacto narcísico da branquitude:

> Tudo se passa como se houvesse um pacto entre brancos, aqui chamado de pacto narcísico, que implica na negação, no evitamento do problema com vistas a manutenção de privilégios raciais. O medo da perda desses privilégios, e o da responsabilização pelas desigualdades raciais constituem o substrato psicológico que gera a projeção do branco sobre o negro., carregada de negatividade. O negro é inventado como um "outro" inferior, em contraposição ao branco que se tem e é tido como superior; e esse "outro" é visto como ameaçador. Alianças inter-grupais entre brancos são forjadas e caracterizam-se pela ambiguidade, pela negação de um problema racial, pelo silenciamento, pela interdição de negros em espaço de poder, pelo permanente esforço de exclusão moral, afetiva, econômica, política dos negros no universo social. (BENTO, 2002, p.7)

Toda essa estrutura contribui para que o conhecimento produzido fora dos centros hegemônicos ainda seja invisibilizado. Segundo Raewyn Connell, o conhecimento flui seguindo a lógica da geopolítica do conhecimento, segundo a qual "existe um padrão na ciência colonial, levado ao mundo pós-colonial, onde a coleta e a aplicação de dados acontecem na colônia,

CC BY NC SA

enquanto a teorização acontece na metrópole" (CONNELL, 2007, p.9[16]). Esta lógica é a que faz com que o Terceiro Mundo siga sendo visto como apenas um objeto de análise e não sujeito da análise.

Dessa forma, observamos que, por meio da geopolítica do conhecimento ocorre a construção de uma estrutura de exclusão que controla a forma como o conhecimento flui no contexto acadêmico, assim como determina o que é pesquisado (CONNELL, 2007). Assim, para o funcionamento pleno da estrutura, elementos como o racismo epistêmico e o privilégio epistêmico atuam como ferramentas facilitadoras de exclusão.

O risco, diante da constatação das diversas violências de raiz colonial, é projetar um poder hiper-agencial ao Ocidente, enquanto se nega a agência não-Ocidental (HOBSON, SAJED, 2017). Portanto, justamente para se pensar outras agências possíveis, é que buscaremos na próxima seção retomar algumas contribuições que nos ajudam a pensar outras RI possíveis.

4. RELAÇÕES INTERNACIONAIS A PARTIR DE OUTROS MUNDOS

Cristina Rojas argumenta que, diante das desigualdades e crises da modernidade, há uma necessidade crescente de refletir criticamente sobre alternativas de projetos políticos que dêem conta de fraturar o internacional e aspirar ao pluriverso, isto é, superar os binarismos e historicismos eurocêntricos para promover estes outros mundos (ROJAS, 2019).

Falar de RI a partir de outros lugares é algo que já foi discutido em outros momentos, como no trecho a seguir, quando Manuela Picq (2016) reflete sobre a importância da Amazônia nas RI e a expansão do entendimento tradicional da disciplina:

> O desafio não é levar a teoria para um "novo tempo e lugar", transferindo-a de Paris para Budapeste, ou para Manaus. Em vez disso, a questão é se o não-núcleo se incomodará em se apropriar da teoria como uma ferramenta para expressar sua própria perspectiva, ou se é um exercício característico dos esforços universalistas autistas no núcleo. A solução para democratizar a produção de conhecimento pode não ser exportar a metodologia do núcleo para a periferia, 'permitindo' que a América Latina e a África façam a teoria (Eurocêntrica). É necessário validar a práxis e o conhecimento da periferia em seus próprios termos, mesmo que apareçam como práticas não positivistas que não se parecem nada com a teoria aos olhos do Norte. Implica reconhecer outras formas de saber, seja a reflexividade envolvente (Tickner 2013), entender como as narrativas pessoais influenciam as articulações teóricas do

16 "a pattern in colonial science, carried forward to the postcolonial world, where data gathering and application happen in the colony, while theorising happens in the metropole." No original, tradução nossa.

CC BY NC SA

> IR (Inayatullah 2011) ou validar formas indígenas de saber (Beier 2009). Também implica legitimar perspectivas de estudo de caso em oposição às formas tradicionais da Grande Teoria. Implica, entre outras coisas, fazer RI da Amazônia. (PICQ, 2016, p. 10-11).[17]

Encarar este desafio com seriedade implica superar o nacionalismo metodológico das RI, as abstrações binárias, o eurocentrismo, as naturalizações da colonialidade e das construções sociais modernas e buscar caminhar rumo a uma lógica relacional, pluriversal, e, que reconheça a diferença não somente pela sua dimensão visível, mas sobretudo a partir da sua possibilidade de criar outros mundos possíveis. Um exemplo recente de proposta nesta direção é o trabalho de Tickner e Querejazu (2021) através do conceito de cosmopráxis - é uma outra forma de pensar as RI a partir do despertar de uma sensibilidade relacional. Por cosmopráxis as autoras se referem à experiência de se mover sobre vários mundos praticados por pessoas (não necessariamente humanos)[18] e que envolve práticas relacionais de coparticipação no cosmos. Este movimento é importante uma vez que estas outras cosmologias, tantas vezes sufocadas, apresentam características ontológicas que não necessariamente concordaram com aquelas consideradas mais convencionais pelo Ocidente.

Tickner e Querejazu usam como exemplo a tecelagem feita por mulheres indígenas na Colômbia, mas podemos pensar também a partir do Brasil como outras cosmologias podem sustentar práticas que nos permitem pensar alternativas para problemas políticos, sociais e econômicos. Quando a atenção se volta para a agenda ambiental e a urgência das mudanças climáticas e dos limites planetários, lideranças indígenas como Ailton Krenak (2019) e Davi Kopenawa (2019) podem ser lembrados como autores que, através de suas cosmovisões, buscam oferecer formas de explicar como que a relação desarmônica entre seres humanos e a natureza geram um grande risco de desastre, que pode ser pensado enquanto uma espécie de fim do mundo, ou queda do céu.

17 The challenge is not to take theory to a 'new time and place,' moving it from Paris to Budapest, or to Manaus for that matter. Rather, the question is whether the non-core will bother with appropriating theory as a tool to express its own perspective, or whether it is an exercise characteristic of autistic universalist efforts at the core. The solution to democratize the production of knowledge may not be to export the methodology of the core to the periphery, 'enabling' Latin America and Africa to do (Eurocentric) theory. It is necessary to validate the praxis and knowledge of the periphery in its own terms, even if they appear as non-positivist practices that look nothing like theory to the eyes of the North. It implies recognizing other forms of knowing, whether it is engaging reflexivity (Tickner 2013), understanding how personal narratives influence IR's theoretical articulations (Inayatullah 2011), or validating Indigenous ways of knowing (Beier 2009). It also implies legitimizing case-study perspectives as opposed to mainstream forms of Grand Theory. It implies, among other things, doing IR from the Amazon." No original, tradução nossa.

18 Esta abertura a outros mundos demanda um reconhecimento também de outras formas de agência que eles possam reconhecer, como através dos ancestrais, de divindades ou de elementos da natureza.

CC BY NC SA

São destas margens cuja sabedoria é ignorada que podem surgir, também, formas de teorizar as relações de desigualdade, inclusive apresentando críticas aos autores decoloniais, como é o caso do termo contra-colonial, desenvolvido por Nego Bispo, como é mais conhecido Antônio Bispo dos Santos, pensador quilombola piauiense que trabalha a ideia de colonização e contra-colonização como "processos de enfrentamentos entre povos, raças e etnias em confronto direto no mesmo espaço físico geográfico" (SANTOS, Antônio, 2015, p. 20). Segundo ele, nesses confrontos a luta é em defesa dos territórios, dos símbolos, das significações e dos modos de vida praticados por estas pessoas nestes lugares.

Nesta perspectiva, os principais protagonistas de uma resistência contra as violências coloniais não são os intelectuais treinados na forma ocidental de pensar, nem são os aliados europeus que se sentem sensibilizados e até culpados pela história que seus países de origem construíram, mas sim os povos que foram vitimados pelos colonizadores, como indígenas, quilombolas, africanos e seus descendentes, também chamados por Nego Bispo de povos afro-pindorâmicos Lélia González mostra como a ideia de amefricanidade também nos permite repensar um termo amplo o suficiente para incorporar diversas existências a nível latino-americano, a partir de uma categorização menos preocupada com os Estados e mais atenta às características compartilhadas pelos povos destes vários países (GONZÁLEZ, 1988). Assim, esses exemplos nos levam a considerar que uma nova forma de pensar a dimensão racial no Brasil e na América Latina é possível.

Neste contexto, Silvia Rivera Cusicanqui, mulher boliviana, indígena, intelectual e feminista que transita entre o conhecimento universitário e o conhecimento ancestral, pode ser entendida como contra-colonial a partir da leitura de Nego Bispo. Ela lembra como Aníbal Quijano, em texto de 1983, trazia uma leitura dos movimentos camponeses andinos como pré-políticos, enquanto ela já criticava esta leitura hierarquizante e observava nos mesmos fenômenos uma busca de mudança a partir de uma descolonização radical e profunda nas estruturas políticas, econômicas e mentais de concepção de mundo (CUSICANQUI, 2010, p. 56). Quijano ainda não conseguia identificar a riqueza da luta camponesa que, para Cusicanqui, mulher indígena, era mais evidente. Quando, anos depois, Quijano formula a ideia de colonialidade do poder, ele e outros autores decoloniais ganham grande notoriedade entre a comunidade acadêmica, mas como critica Cusicanqui, acabam criando "um pequeno império dentro do império", no qual se apropriam do discurso da descolonização sem uma prática descolonizadora. (CUSICANQUI, 2010)[19].

19 Esta critica de Cusicanqui demanda que a atenção dada aos trabalhos de autores como Aníbal Quijano seja dividida com a busca pelas referências que, muito antes, já haviam desenvolvido argumentos próximos e que talvez não tenham sido devidamente referenciados. Para ficar em um exemplo, podemos lembrar do tra-

Assim como autores latino-americanos mobilizaram a ideia de decolonizar para inspirar outras formas de pensar mudanças que superem as contradições coloniais, autores negros dos Estados Unidos como Angela Davis têm mobilizado a ideia de abolição, como, por exemplo, para abolir as prisões, resquícios de uma lógica colonial cujas instituições serviam para, formalmente, manter segredados os negros (DAVIS, 2018). Robbie Shilliam (2020b) é um exemplo de autor de RI que traz esta abordagem para repensar elementos da Economia Política Internacional (EPI) ao retomar as implicações que a ideia de abolicionismo historicamente carrega.

Repensar as RI pode passar também pela recuperação de formas de pensar o internacional que não se tornaram hegemônicas, dado que a autoimagem que a disciplina de RI promove "só pode ser mantida através de uma profunda amnésia estrutural que coexista com uma lembrança altamente seletiva das 'origens' da disciplina" (CARVALHO, LEIRA, HOBSON, 2011, p. 750[20]). Por exemplo, o livro "*Race and racism in International Relations: confronting the global colour line*" organizado por Anievas, Manchanda e Shilliam (2015) discute como a dimensão da raça foi ignorada no campo, trazendo esses elementos para o centro das análises dos fenômenos internacionais.

Uma evidência trazida pelos autores que vale citar aqui é o fato de Waltz (1979) ter escolhido Vladimir Lenin ([1917] 1970) como interlocutor por ter desenvolvido em 1917 uma das primeiras teorias de relações internacionais com suas considerações sobre imperialismo. Antes de Lenin, Du Bois publicou uma tese em 1915 sobre os determinantes imperais da Primeira Guerra Mundial, mas, diferente do bolchevique russo, Du Bois traz a dimensão da raça para o centro da sua leitura. Neste texto, Du Bois lembra que foi através da África que o Cristianismo se difundiu como religião global, assim como onde o Islã passou a ter um papel de conquistador e civilizador e onde nasceu um verdadeiro comércio global, mas de corpos e almas humanas (DU BOIS, 1915, p. 707). Os registros de Du Bois nos permitem rejeitar o argumento de que na época a mentalidade social permitia determinados argumentos discriminatórios, como pode ser visto no trecho a seguir:

> Os métodos pelos quais este continente tem sido assaltado tem sido desprezível e desonesto para além da expressão. Tratados mentirosos, rios de rum, homicídios, assassinatos, mutilação, estupro e tortura tem marcado o progresso de ingleses, alemães, franceses e belgas no continente negro. A única maneira pela qual o mundo foi

balho de Eric Williams (1911-1981), historiador de Trinidad e Tobago que desenvolveu em Oxford uma tese chamada "Capitalism and Slavery" sobre a história econômica do império britânico e o papel da escravidão para a consolidação do capitalismo (FERGUSON, 2022)

20 can only be maintained through a deep structural amnesia that coexists with a highly selective recollection of the discipline's 'origins'.

> capaz de suportar a horrível história é deliberadamente parando de ouvir e mudando de assunto enquanto o demônio continua. (DU BOIS, 1915, p. 708[21])

O receio de Du Bois infelizmente se confirmou. Se nos anos 2010 podemos observar o desenvolvimento de um pensamento teórico em RI que considere o racismo e o colonialismo como elementos fundamentais de um sistema hierárquico global, isso nada mais é que uma oportunidade postergada já há 100 anos, pois poderia ter ocorrido a partir da potência da crítica de Du Bois e outros intelectuais afro-diaspóricos já nos primeiros anos do século XX[22]. Estas ideias, que ficaram marginalizadas nas RI, poderiam ter tido um espaço considerável se os debates sobre poder e hegemonia levassem a questão de hierarquias, imperialismo e desigualdade a sério. Vale destacar que, apesar de marginalizados, esforços nesse sentido foram feitos, como é visto em Shilliam (2020a)[23] ao promover uma conversa entre alguns dos autores que se dedicaram a pensar as RI considerando a importância da questão racial.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste artigo observamos que a construção de uma outra disciplina de Relações Internacionais, realizada a partir de suas ausências, já é realidade, ainda que muito precise avançar, como lembram também Vargas e Castro (2020). A enorme colaboração de autores dedicados a pensar as ausências de RI inaugurou uma nova face para a disciplina, uma face na qual as narrativas marginais têm ganhado centralidade. Juntas, vozes que por muito tempo foram silenciadas e novas vozes emergentes estão realizando um processo de reconstrução do campo de Relações Internacionais. Todavia, ainda que novas perspectivas estejam se desenhando no horizonte do campo, observamos a continuidade das dinâmicas de exclusão que aqui foram debatidas, como o racismo epistêmico e o privilégio epistêmico. Tais ferramentas

21 " The methods by which this continent has been stolen have been contemptible and dishonest beyond expression. Lying treaties, rivers of rum, murder, assassination, mutilation, rape, and torture have marked the progress of Englishman, German, Frenchman, and Belgian on the dark continent. The only way in which the world has been able to endure the horrible tale is by deliberately stopping its ears and changing the subject of conversation while the deviltry went on." No original, tradução nossa.

22 Ainda que o foco deste texto tenha se centrado mais em contribuições latino-americanas, autores de RI no continente asiático também têm se dedicado a oferecer chaves interpretativas para pensarmos estes outros mundos, como L. H. M. Ling (2019) ao apresentar o taoísmo enquanto uma epistemologia trialética, ou Giorgio Shani e Navnita Behera (2021) ao falar sobre *dharma*.

23 Neste texto, Robbie Shilliam promove uma conversa entre alguns dos principais nomes que, nas últimas décadas, buscaram se empenhar com o tema da raça e do racismo nas Relações Internacionais. Participam deste diálogo: Anna M. Agathangelou, Shampa Biswas, Neta Crawford, Roxanne Doty, Locksely Edmondson, Siba N. Grovogui, Errol Henderson, Audie Klotz, Sankaran Krishna, Sheila Nair, Mustapha Kamal Pasha, Randolph B. Persaud, Shirin M. Rai, Robert Vitalis e Rob Walker.

CC BY NC SA

atuam na manutenção do *mainstream* do campo de Relações Internacionais, ainda muito fechado ao diálogo com estes novos interlocutores e que seguidamente evita se engajar em um processo de de-marginalização dos intelectuais negros, do Sul Global, e que trabalhem com temáticas raciais ou genderizadas.

Apesar disso, o que apresentamos é a possibilidade de realização de debates teóricos no campo de Relações Internacionais já partindo da inclusão de autores silenciados e marginalizados. Vale ressaltar que estas dinâmicas de silenciamento e marginalização ocorrem de maneira muito diferente em cada caso. Para ilustrar, autores como Robbie Shilliam e Sankaran Krishna são referências nas RI para quem se interessa por pós-colonialismo e questões de raça e racismo nas RI, mas estes temas são ainda marginais no campo de maneira mais ampla. Já autores como Aníbal Quijano e Walter Mignolo são lembrados por suas contribuições em um movimento de estudos decoloniais que não incluía autores de RI, mas cujas contribuições são pertinentes para pensarmos de outras formas alguns dos principais problemas que lidamos, sobretudo a partir da América Latina. Já autores como Silvia Rivera Cusicanqui e Nego Bispo passam por silenciamentos ainda maiores, o que demanda uma práxis contra-colonial de resistência e luta a partir dos territórios indígenas e quilombolas, o que, evidentemente, atravessa suas contribuições, com críticas pertinentes e fortes inclusive a alguns dos autores citados neste parágrafo. Por fim, o movimento de resistência vem escancarando as ausências existentes no campo e, ao mesmo tempo, também nos apresentam novas abordagens. As referências bibliográficas a seguir, mais do que um elemento formal típico do fim de um artigo de pesquisa, são sobretudo amostras que evidenciam que já existe um acúmulo de experiências, de escritas, escrevivências e de pesquisa que denunciam a urgência de trazer o tema das múltiplas formas de desigualdade e violências para o centro dos debates de RI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANIEVAS, Alexander; MANCHANDA, Nivi; SHILLIAM, Robbie (Ed.). **Race and racism in international relations: Confronting the global colour line**. Routledge, 2014.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista brasileira de ciência política**, n. 11, p. 89-117, 2013.

BENTO, M. **Pactos Narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. Tese de doutorado em Psicologia, Universidade de São Paulo. 2002.

BEZERRA, Gustavo Alvim de Góes; SALGADO, Pedro; YAMATO, Roberto Vilchez. Escravismo Atlântico no século XIX: a construção do" internacional" no mar. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 8, n. 15, p. 424-457, 2019.

BIGO, Didier. A Sociologia Política Internacional distante da grande síntese: como articular Relações entre as disciplinas de Relações Internacionais, Sociologia e Teoria Política. **Contexto Internacional**, v. 35, n. 1, p. 173-195, 2013.

CARVALHO, Benjamin de; LEIRA, Halvard; HOBSON, John M. The Big Bangs of IR: the myths that your teachers still tell you about 1648 and 1919. **Millennium**, v. 39, n. 3, 2011, p. 735-758.

CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe**: Postcolonial thought and historical difference. Princeton University Press, 2008.

CONNELL, Raewyn. **Southern theory**: the global dynamics of knowledge in social science. 1. ed. Austrália: Allen & Unwin, 2007, 288.

COX, R. W.; SINCLAIR, T. J. **Approaches to World Order**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. 572 p.

COX, Robert. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. **Millennium: jornal of international studies**, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Ch'ixinakax utxiwa**: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores, Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Sociología de la imagen**: Miradas ch'ixi desde la historia 191 andina. La Paz: Plural Editores, Piedra Rota, 2018.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?**. Editora Bertrand Brasil, 2018.

DU BOIS, W. E. B. African Roots of War. **The Atlantic Monthly**, 115 (5), p. 707–14, 1915.

DU BOIS, W. E. B. **As Almas da Gente Negra**. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 1999.

DUSSEL, Enrique. **1492: El Encubrimiento del otro:** hacia el origen del 'mito de la modernidad'. Ediciones Antropos, 1992.

CC BY NC SA

DUSSEL, Enrique. **Modernity, eurocentrism, and trans-modernity**: In dialogue with Charles Taylor. The Underside of Modernity: Apel, Ricoeur, Rorty, Taylor, and the Philosophy of Liberation. Atlantic Highlands: Humanities, 1996.

ESCOBAR, Arturo. Beyond the Third World: Imperial Globality, Global Coloniality and Anti-Globalisation Social Movements. **Third World Quarterly**, v. 25, n. 1, p. 207-230, 2004.

FERGUSON, Donna. Groundbreaking work ons lave economy finally back on UK shelves. **The Guardian**. 23 jan. 2022. Disponível em < https://www.theguardian.com/world/2022/jan/23/eighty-years-late-groundbreaking-work-on-slave-economy-is-finally-published-in-uk>. Acesso em 28 jun. 2022.

FERNÁNDEZ, Marta. As Relações Internacionais e seus epistemicídios. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 8, n. 15, p. 458-485, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, Nº. 92/93, p. 69-82, 1988.

GROSFOGUEL, Ramón. Racismo/sexismo epistémico, universidades occidentalizadas y los cuatro genocidios/epistemicidios del largo siglo XVI. **Tabula rasa**, n. 19, p. 31-58, 2013.

GROSFOGUEL, Rámon. "Descolonizando los universalismos occidentales: el pluriversalismo transmoderno decolonial desde Aimé Cesáire hasta los zapatistas". In: CASTRO-GÓMEZ, Santigo & GROSFOGUEL, RAMON (org.) **El giro decolonial reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá. (2007).

GROSFOGUEL, Rámon. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. Disponível em: < http://www.unsa.edu.ar/histocat/hamoderna/grosfoguelcastrogomez.pdf >. Acessado em 09 de maio de 2021.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **The Philosophy of History**. Kitchener: Batoche Books, 2001.

CC BY NC SA

HOBDEN, Stephen. Historical sociology: back to the future of international relations? In: HOBDEN, S.; HOBSON, J. M. (org). **Historical Sociology of International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

HOBSON, John M. SAJED, Alina; Navigating Beyond the Eurofetishist Frontier of Critical IR Theory: Exploring the Complex Landscapes of Non-Western Agency. **International Studies Review**, v. 19, p. 547-572, 2017.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. Editora Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRISHNA, Sankaran. Postcolonialism and its relevance for International Relations in a globalized world. In: PERSAUD, Randolph; SAJED, Aline (eds.). **Race, Gender, and Culture in International Relations** – Postcolonial Perspectives. London and New York: Routledge, 2018.

LENIN, Vladimir. **Imperialism, the Highest Stage of Capitalism**. Progress, Moscow, [1917] 1970.

LING, L. H. M. Three-ness: Healing world politics with epistemic compassion. **Politics**, v. 39, n. 1, p. 35-49, 2019.

MALDONADO-TORRES, Nelson. On the Coloniality of Being: Contributions to the development of a concept. **Cultural Studies**, v. 21, n. 2-3, p. 240-270, 2007.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, n. 32, p. 123-151, 2016.

MIGNOLO, Walter. Colonialidad global, capitalismo y hegemonía epistémica. Indisciplinar las ciencias sociales. Geopolíticas del conocimiento y colonialidad del poder. **Perspectivas desde lo andino**, p. 215-244, 2002.

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica**: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Argentina: Ediciones del signo, 2010.

OLIVEIRA, Ananda Vilela da Silva. Exclusão do sujeito negro e a negação de raça na produção acadêmica em Relações Internacionais no Brasil. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 8, n. 15, p. 366-396, 2019.

CC BY NC SA

PERSAUD, Randolph B.; SAJED, Alina. Introduction: Race, gender, and culture in International Relations. In: PERSAUD, Randolph B.; SAJED, Alina (org.). **Race, gender, and culture in international relations**. Routledge, 2018. p. 1-18.

PICQ, Manuela. Rethinking IR from the Amazon. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 59, n. 2, e003, 2016.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A Colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

ROJAS, Cristina. Contestando as Lógicas Coloniais do Internacional: Rumo a uma Política Relacional para o Pluriverso. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 8, n. 15, p. 519-543, 2019.

SANTOS FILHO, Onofre dos. Ultra Aequinoxialem Non Peccari: anarquia, estado de natureza e a construção da ordem político-espacial. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 8, n. 15, p. 486-518, 2019.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos**: modos e significados. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Pubic Sphere and Epistemologies of the South. **Africa Development**, v. 38, n. 1, p. 43-67, 2012.

SAJED, Alina. From the Third World to the Global South. **E-International Relations**. 2020. Disponível em: < https://www.e-ir.info/2020/07/27/from-the-third-world-to-the-global-south/>. Acessado em: 31 de janeiro de 2022.

SHANI, Giorgio; BEHERA, Navnita Chadha. Provincialising International Relations through a reading of dharma. **Review of International Studies**, p. 1-20, 2021.

SHILLIAM, Robbie. Race and racism in international relations: retrieving a scholarly inheritance. **International Politics Reviews**, p. 1-44, 2020a.

SHILLIAM, Robbie. The past and present of abolition: reassessing Adam Smith's "liberal reward of labor". 2020. **Review of International Political Economy**. Volume, 28, n.3, 2021b.

SILVA, Karine de Souza. "Esse silêncio todo me atordoa": a surdez e a cegueira seletivas para as dinâmicas raciais nas Relações Internacionais. **Revista de Informação Legislativa: RIL***, v. 58, n.* 229, p. 37-55, 2021.

SMITH, Adam. **An Inquiry Into the Nature and Causes of the Wealth of Nations**. Chicago: Chicago University Press, 1977.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Decolonising Methodologies**: Research and Indigenous Peoples. London, New York e Dunedin: Zed Books e Otago University Press, 2012.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

THE DISORDER OF THINGS. **The Case against Woodrow Wilson, after 100 years**. 28 mai. 2019. Disponível em <https://thedisorderofthings.com/2019/05/28/the-case-against-woodrow-wilson/>. Acesso em 27 jun. 2022.

TICKNER, Arlene B.; QUEREJAZU, Amaya. Weaving Worlds: Cosmopraxis as a Relational Sensibility. **International Studies Review**, Volume 23, n.2, p. 391-408, 2021.

TOLEDO, Áureo (org.). **Perspectivas Pós-coloniais e Decoloniais em Relações Internacionais**. Salvador: EDUFBA, 2021.

TROWNSELL, Tamara Ann. **Robust Relationality**: Lessons Form the Ontology of Complete Interconnectedness for the Field of International Relations. Tese de doutorado em Relações Internacionais. American University, 2013.

TROWNSELL, Tamara et al. Recrafting International Relations through Relationality. 2019. **E-International Relations,** p. 1-10. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2019/01/08/recrafting-international-relations-through-relationality/>. Acessado em 31 de janeiro de 2022.

VARGAS, Mojana; CASTRO, Aline Contti. O ensino e a pesquisa em relações internacionais no Brasil–sentidos e desafios da decolonialidade. **OASIS: Observatorio de Análisis de los Sistemas Internacionales**, n. 32, p. 125-150, 2020.

VITALIS, Robert. White world order, black power politics. In: **White World Order, Black Power Politics**. Cornell University Press, 2016.

WALKER, R.B.J. **Inside / Outside: International Relations as Political Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of international politics**. Waveland Press, 2010.

BY NC SA